

PREGÃO ELETRÔNICO

90047/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 51.868,50

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço]por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREGOEIRO

CLEVERSON MACHADO BONFIM

DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 20.381/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2026

(Processo Administrativo nº 36883/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.6.8. agente público do órgão licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.13. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01** (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado “Qualificação econômico-financeira”.

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.20.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:
- 12.1.1 Por parte do licitante:
- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
 - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência;

- II. **Multa:** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
- 14.12.2 ANEXO II – Termo de Referência;
 - 14.12.2.1 ANEXO I – Planilha de Faturamento
 - 14.12.2.2 ANEXO II – Termo de Nomeação do Preposto
 - 14.12.2.3 ANEXO III – Instrumento de Medição de Resultado
 - 14.12.2.4 ANEXO IV – Documento Complementar ao Termo
 - 14.12.2.5 ANEXO V – Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço
 - 14.12.2.6 ANEXO VI – Cronograma de Execução do Serviço
- 14.12.3 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 14.12.4 ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.5 ANEXO VI - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.12.6 ANEXO VII - Mapa Comparativo de Preços;
- 14.12.7 ANEXO VIII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 22 de maio de 2026

ROSELY TEREZINHA VASCELAI
Secretária Municipal de Assistência Social

CASCAVEL

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA

IT	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	150,00	DIA	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CASCABEL	345,79	51.868,50

Valor Total Geral: R\$ R\$ 51.868,50 (cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Processo Administrativo nº 36883/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Serviços	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de hospedagem e alimentação no Município de Cascavel	Diária	150	R\$ 345,79	R\$ 51.868,50

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Para a presente contratação foram afastadas o tratamento diferenciado às MEs, EPPs e MEIs, conforme justificado no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de Intenção/DFD n° 53/2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. O objetivo da nossa secretaria é promover uma licitação sem restrições de competição e ao mesmo tempo uma CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL, que segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: é aquela que integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. Trata-se de uma expressão abrangente, uma vez que não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento, a elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e gestão dos resíduos.

4.1.2. E para mitigar possíveis danos ao meio ambiente, já que se trata da contratação de serviços de hospedagem, é recomendável a adoção de práticas sustentáveis por parte do estabelecimento contratado, como a gestão adequada de resíduos, o uso eficiente de água e energia, a redução do uso de materiais descartáveis e a adoção de ações de conscientização ambiental junto aos usuários/hóspedes e colaboradores. Essas medidas contribuem para a diminuição dos impactos ambientais decorrentes das atividades de hospedagem, promovendo maior responsabilidade socioambiental e incentivando práticas mais sustentáveis no setor de serviços.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados em conformidade com os parâmetros e rotinas estabelecidos pela Administração Municipal.

5.1.3. A Contratada deverá disponibilizar serviços de hospedagem em estabelecimento regularmente constituído e em pleno funcionamento, possuidor de alvará de localização e funcionamento válido, bem como de todas as licenças e autorizações exigidas pela legislação vigente, inclusive as de natureza sanitária, tributária, de segurança e de prevenção e combate a incêndio.

5.1.3.1. As unidades de hospedagem (apartamentos) deverão ser individuais, com banheiro privativo, assegurando privacidade, conforto e condições adequadas de higiene aos usuários.

5.1.3.2. Deverão apresentar condições satisfatórias de higiene, conservação, ventilação, iluminação e segurança, em conformidade com as normas aplicáveis.

5.1.3.3. Cada unidade deverá estar mobiliada, no mínimo, com cama em boas condições de uso, colchão adequado, roupa de cama limpa, travesseiro, mesa ou bancada de apoio, cadeira, armário ou local apropriado para guarda de pertences.

5.1.3.4. O apartamento deverá dispor de televisor em pleno funcionamento.

5.1.3.5. O ambiente deverá ser devidamente climatizado, com aparelho de ar-condicionado em perfeitas condições de uso.

5.1.3.6. A alimentação deverá compreender café da manhã, almoço e jantar, sendo fornecidas diariamente, preparados de forma adequada, observando padrões de higiene e segurança alimentar.

5.1.3.7. Fornecimento de alimentação no próprio estabelecimento, assegurando comodidade e segurança aos usuários/hóspedes.

5.1.3.8. Oferta de café da manhã completo.

5.1.3.9. Fornecimento de almoço e jantar, com inclusão de 1 (uma) bebida por refeição (refrigerante ou suco).

5.1.3.10. Deverá ser assegurada a disponibilização mínima de 6 (seis) garrafas de água mineral, com volume de 500 ml cada, por dia, para cada usuário/hóspede, devidamente acondicionadas e próprias para consumo.

5.1.4. A contratada terá que dispor de um preposto, para gerir os processos administrativos pertencentes ao administrativo e gestão de pessoas do Contrato, bem como, mediar às situações que ocorrerão no desenvolvimento do referido contrato, de acordo com inciso XI do Artigo 2º e o Artigo 24 e seus parágrafos, e demais Artigos de que tratar do Preposto, do Decreto Municipal nº 14.405 de 11 de setembro de 2018.

5.1.5. A empresa contratada deverá comprovar capacidade operacional para disponibilizar até 10 (dez) diárias simultâneas em apartamentos individuais por dia, assegurando estrutura física adequada e recursos humanos suficientes para o pleno atendimento da demanda.

5.1.6. A Contratada deverá assegurar que as instalações destinadas à hospedagem dos usuários encaminhados pela Secretaria apresentem condições adequadas de acessibilidade, garantindo o acesso, a circulação e a permanência segura e digna de pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

5.1.7. A Contratada deverá assegurar que a estrutura disponibilizada seja compatível com o perfil do público atendido, podendo a Administração, por meio da fiscalização contratual, realizar vistorias ou solicitar comprovação das condições de acessibilidade, sempre que julgar necessário.

5.1.8. A empresa contratada deverá fornecer acomodação para hospedagem imediatamente ou, no máximo, em até 4 (quatro) horas a partir da solicitação formal da Administração. O serviço prestado deve assegurar acolhimento seguro, digno e adequado aos usuários, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer no município de Cascavel/PR, em estabelecimento devidamente regularizado e apto a oferecer hospedagem completa, com condições adequadas de conforto, higiene, segurança e acessibilidade.

5.2.1. Para fins de contagem, considerar-se-á como diária o período correspondente a 24 (vinte e quatro) horas de permanência, tendo como referência o horário de check-in a partir das 13h (treze horas) e o check-out até, no máximo, às 12h (doze horas) do dia subsequente.

5.2.2. O acionamento do serviço de hospedagem poderá ocorrer a qualquer momento, incluindo dias úteis, finais de semana e feriados, em horários diurnos ou noturnos, conforme a demanda.

5.2.3. O serviço de hospedagem será acionado pelo responsável do Setor de Alta Complexidade e Centro Pop.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as quantidades previstas e os padrões de qualidade estabelecidos neste Instrumento, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

5.3.2. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de qualidade e segurança, em conformidade com as condições constantes no Edital e seus anexos, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, atender às normas de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e da Vigilância Sanitária e demais normas e legislação pertinente e em vigência, principalmente aquelas citadas em edital.

5.3.3. Declaração da Contratada de que possui pleno conhecimento das condições exigidas para a prestação do serviço.

5.3.4. A Contratada e seus trabalhadores deverão guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço.

5.3.5. Deverá ser garantida a segurança dos usuários por meio da implementação de medidas eficazes de controle de acesso às dependências, da adequada iluminação das áreas comuns e do rigoroso cumprimento de todas as normas de segurança predial aplicáveis, em especial as relativas à prevenção e ao combate a incêndio, assegurando condições permanentes de proteção e integridade física.

5.3.6. A Contratada deverá assegurar a disponibilização de rede de energia elétrica em pleno funcionamento, com pontos de iluminação adequados e tomadas operantes nas unidades de hospedagem, bem como, preferencialmente, acesso à internet sem fio (Wi-Fi), com padrão de qualidade compatível com a finalidade institucional da hospedagem.

5.3.7. Os banheiros deverão estar em perfeito estado de funcionamento, com fornecimento regular de água, sistema de esgotamento sanitário, chuveiro em funcionamento, vaso sanitário, lavatório, espelho, além de itens básicos de higiene, conforme padrão do estabelecimento.

5.3.8. Em caso de intercorrências que demandem higienização imediata, o serviço deverá ser prestado prontamente, garantindo limpeza e conforto aos usuários/hóspedes a qualquer momento.

5.3.9. Possibilitar o recebimento de medicamentos por meio de entrega no local, garantindo acesso contínuo aos tratamentos necessários.

5.3.10. A alimentação deverá incluir café da manhã, almoço e jantar, os quais deverão ser fornecidos diariamente, preparados de forma adequada e em conformidade com as normas de higiene, qualidade e segurança alimentar.

5.3.11. Caberá ao responsável pelo Setor de Alta Complexidade e pelo Centro POP identificar os usuários que necessitem de acolhimento emergencial por questões de

saúde que não demandem internação hospitalar, procedendo ao acionamento do serviço de hospedagem sempre que necessário. O público atendido compreende, entre outros, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, muitas das quais demandam acolhimento imediato, em razão de sua condição de vulnerabilidade social e/ou de saúde

5.3.12. O serviço de hospedagem será acionado pelo responsável do Setor de Alta Complexidade e Centro Pop.

5.3.13. A Equipe Técnica responsável encaminhará o usuário ao hotel contratado, apresentando seus documentos pessoais para efetuar o check-in.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. O profissional contratado pelo hotel para realizar a limpeza dos quartos acordados deverá utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A proponente deverá incluir no valor total da proposta os custos referentes à hospedagem dos usuários, com quantidade estimada total de 150 (cento e cinquenta) diárias, contemplando eventuais demandas emergenciais durante o período de contratação.

5.5.2. A proponente deverá garantir a disponibilidade de apartamentos/quartos individuais, incluindo adaptações para pessoas com deficiência, quando necessário, e assegurar que cada quarto disponha de cama, banheiro privativo e mobiliário funcional.

5.5.3. Realizar a higienização diária dos apartamentos, incluindo a troca de roupas de cama e banho, devendo ser asseguradas, no mínimo, duas trocas diárias desses itens por hóspede, de modo a garantir condições adequadas de higiene, conforto e bem-estar durante o período de hospedagem.

5.5.4. A proponente deverá incluir no valor total da proposta os custos referentes à alimentação dos hóspedes, contemplando café da manhã, almoço e jantar, preparados e servidos de acordo com normas de higiene e segurança alimentar.

5.5.4.1. O fornecimento das refeições deverá incluir almoço e jantar, com a inclusão de 1 (uma) bebida por refeição (refrigerante ou suco).

5.5.4.2. Deverá ser assegurada a disponibilização mínima de 6 (seis) garrafas de água mineral, com volume de 500 ml cada, por dia, para cada usuário/hóspede, devidamente acondicionadas e próprias para consumo.

5.5.5. A proponente deverá garantir que a prestação dos serviços contemple todos os recursos humanos necessários, incluindo pessoal de recepção, limpeza, alimentação e atendimento emergencial, bem como a infraestrutura física adequada para o atendimento integral da demanda.

5.5.6. A proponente deverá observar os horários estabelecidos de check-in (a partir das 13h) e check-out (até 12h do dia subsequente), incluindo os custos decorrentes da operação diária dentro desses períodos.

5.5.7. A proponente deverá assegurar o cumprimento de todos os padrões de qualidade, segurança, salubridade e acessibilidade, respeitando as particularidades de cada usuário/hóspede e a necessidade de acompanhamento por responsáveis ou profissionais, quando necessário.

5.5.8. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil após a prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Planilha de Faturamento, conforme modelo constante no Anexo I, a qual deverá conter o número de diárias efetivadas no período, as datas de início e término de cada hospedagem, a identificação dos usuários/hóspedes, bem como os respectivos quartos ocupados.

Obrigações da Contratada

5.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 5.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.13. Executar o objeto contratado dentro dos requisitos de qualidade e segurança, em conformidade com as condições constantes deste termo e seus anexos, com o Código de Defesa do Consumidor, as normas de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, as legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, da Vigilância Sanitária e demais normas e legislações pertinentes e em vigência.
- 5.14. O empregado responsável pelos serviços de hospedagem, limpeza e alimentação deverá comparecer à unidade com asseio pessoal adequado, capacitado para exercer suas funções, utilizando uniforme completo, limpo e adequado, incluindo touca ou protetor de cabelo, jaleco/guarda-pó e calçado fechado. O uniforme deverá ser substituído sempre que necessário ou quando estiver inadequado para uso, garantindo higiene, segurança e apresentação profissional durante a execução dos serviços.
- 5.15. Cumprir, durante toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como as normas de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência prevista na Lei nº 13.146/2015.

5.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de hospedagem, incluindo limpeza, organização, logística e alimentação, de forma a executá-los com eficiência e eficácia, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e dentro do prazo estabelecido.

5.17. Conduzir os serviços com estrita observância à legislação pertinente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local em condições adequadas de limpeza, segurança, higiene e disciplina.

5.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer alterações nos métodos de execução que não estejam de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

5.19. Dispor de empregados devidamente habilitados e capacitados para a execução dos serviços, especialmente no que se refere à higienização dos apartamentos.

5.20. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações previstas em lei, inclusive aquelas decorrentes de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, não sendo transferida à Contratante qualquer responsabilidade por sua inadimplência, nem podendo tais encargos onerar o objeto do contrato.

5.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.22. A Empresa arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do valor de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 106 da Lei nº. 14.133/2021 e da Instrução Normativa Municipal nº 001/SEPLAG de 22 de novembro de 2018.

5.23. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados, direta ou indiretamente, por seus empregados, prepostos ou fornecedores, à Contratante ou a terceiros, isentando a Contratante de toda e qualquer reclamação, que venha a surgir em decorrência desses atos.

5.24. A empresa contratada deverá, sempre que solicitado pela Contratante, apresentar documentação que comprove a regularidade do estabelecimento para a prestação dos serviços de hospedagem, incluindo Licença Sanitária, Alvará de Funcionamento e comprovação da validade dos extintores de incêndio, mantendo toda a documentação atualizada durante a execução do contrato.

5.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

5.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.27. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

5.28. Não utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do contrato.

5.29. A Contratada terá que dispor de um preposto, nomeado por Termo de Nomeação de Preposto, Anexo II deste documento, para gerir atos pertinentes ao administrativo e gestão de pessoas, bem como, mediar às situações que ocorrerão no desenvolvimento do referido contrato, de acordo com inciso XI do Artigo 2º e o Artigo 24 e seus parágrafos, e demais Artigos de que tratar do Preposto, do Decreto Municipal nº 14.405 de 11 de setembro de 2018, bem como, deste Termo de Referência.

5.30. A Contratada deverá, durante o período de vigência do Contrato, manter um preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, indicando mediante Termo de Nomeação, na qual deverão constar todos os seus dados necessários, tais como:

- 5.30.1. a) Telefones: fixo e móvel.
- 5.30.2. b) E-mails.
- 5.30.3. c) Nome dos representantes legais e do preposto.

5.30.4. d) Endereço da sede e da filial (ou escritório) (se for o caso).

5.31. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da Contratante, do Gestor ou Fiscal do Contrato ou de seu substituto, recebendo instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

5.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do preposto, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.33. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito.

5.34. **Regularidade Fiscal:**

5.34.1. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.34.2. Encaminhar a Nota Fiscal mensalmente da execução dos serviços prestados, juntamente com todas as documentações solicitadas, neste Item, ao Fiscal do Contrato, de acordo com o contido no Inciso VI do Artigo 12 do Decreto Municipal nº 14.405/2018, bem como a alínea "c" do item 10.2 do Anexo VII-B da IN nº01/2018-SEPLAG, os seguintes documentos, sob pena do não aceite da Nota Fiscal, o não envio dos documentos citados a seguir, até o 2º dia do mês:

5.34.2.1. a) Nota Fiscal.

5.34.2.2. b) Planilha de Faturamento: deverá apresentar o demonstrativo detalhado dos valores correspondentes à Nota Fiscal, contendo carimbo e assinatura da empresa. O modelo da planilha encontra-se no Anexo I.

5.34.2.3. c) Certidão Conjunta Receita Federal/PGFN

5.34.2.4. d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual

5.34.2.5. e) Certidão Regularidade perante a Fazenda Municipal

5.34.2.6. f) Certidão Regularidade do FGTS (CRF)

5.34.2.7. g) Certidão Débitos Trabalhistas (CNDT)

5.34.3. Dispor de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE.

5.34.4. Em caso de Renovação do Contrato, manter as mesmas condições emanadas do Pregão Eletrônico e deste Termo de Referência.

Obrigações da Contratante

5.35. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.36. Cumprir com as obrigações constantes no Decreto Municipal nº 14.405/2018 e da Instrução Normativa Municipal nº 001 de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Contratante.

5.37. Relacionar-se com a Contratada, exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.

5.38. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.39. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.40. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.41. Designar formal e legalmente um servidor(a) devidamente capacitado para fiscalizar e acompanhar o andamento dos serviços, bem como para dirimir as possíveis dúvidas existentes referentes a contratação.

5.42. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o Item 6 do Anexo X da IN N°01/2018-SEPLAG.

5.43. A Contratante deve notificar a Contratada, fixando prazos, para a correção de eventuais defeitos e não conformidades, irregularidades ou falhas de ordem técnica, constatados na execução dos serviços.

5.44. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

5.45. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

5.46. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.47. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.48. A Fiscalização manterá contato com o Preposto da contratada para tratar e solucionar questões relacionadas aos trabalhadores que surgirem durante a execução do contrato.

5.49. Observar que havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.50. Garantir que não seja efetuado pagamento à Contratada enquanto houver obrigação financeira pendente decorrente de sanção ou inadimplência contratual, sem direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.51. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.52. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

5.53. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas.

5.54. Determinar métodos ou rotinas administrativas internas da Contratada.

5.55. Fazer uso dos recursos logísticos, materiais ou humanos da Contratada sem previsão contratual específica.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.56. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.57. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto, tendo em vista que o serviço pleiteado trata-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findado o contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, conforme Anexo II deste documento.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8. Em caso de infrações contratuais, a empresa contratada será notificada por escrito e convocada a pronunciar-se sobre o problema, assumindo o compromisso de saná-lo no prazo definido pela Administração, no caso da verificação de sua responsabilidade no ato.

6.9. A contratada deverá reportar ao Fiscal do Contrato qualquer aspecto que esteja prejudicando a prestação de serviço, para que a contratada possa sanar os possíveis entraves.

Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.11. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do Decreto Municipal nº 14.405/2018.

6.12. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual pela rescisão, conforme disposto nos artigos 137 inciso I, 138 inciso I e 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

6.16. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

Fiscalização Técnica

6.17. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.18. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.19. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.20. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.21. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.22. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.23. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.24. Durante a execução do contrato, o fiscal designado deverá monitorar continuamente o nível de qualidade dos serviços, intervindo de forma imediata para requerer à Contratada a correção de eventuais falhas, faltas ou irregularidades observadas. Caso tais inconsistências persistam ou apresentem maior gravidade técnica, a Contratante deverá notificar formalmente a Contratada, fixando prazos para sua correção, sob pena das sanções cabíveis.

6.25. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Administrativa

6.26. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.30. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e se necessário for, no decorrer do contrato, poderá instituir um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo III, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo

haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- 7.1.1. Não produzir os resultados acordados,
- 7.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

Do recebimento

- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023).
- 7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se

for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos.

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 (oito) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, nos termos da Instrução Normativa nº 001, de 2018/SEPLAG e errata publicada no Diário Oficial do Município, Caderno 1 em 05 de outubro de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.31. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.32. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.35. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.36. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.39. Em casos de repactuação, os custos sujeitos à variação de preços de mercado — relativos a insumos que não decorram da mão de obra — deverão ser demonstrados pela

Contratada por meio de Planilha de Custos, com a devida aplicação do índice de reajuste com base no IPCA.

Infrações e Sanções Administrativas (art. 92, XIV)

7.40. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.41. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem

como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

i. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória de 0,5% (meio por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos previstos no item 11.1 letras "a" à "h" a ser determinada a dosimetria da pena através do processo administrativo sancionador, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 16.664/2023.

7.42. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.43. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.43.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.43.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.43.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.44. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.45. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.46. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.47. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.48. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.49. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.50. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. O prazo de validade da proposta de preços é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data limite para o recebimento das propostas pelo Pregoeiro. Esse período garante à administração pública tempo suficiente para analisar as propostas recebidas, conduzir os procedimentos necessários e tomar a decisão de contratação.

Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço unitário.

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.11. Ainda, devido à dimensão do objeto a ser executado, a Equipe de Planejamento entendeu que não se justifica a autorização para que empresas concorram em consórcio. Trata-se de serviço comum, plenamente executável por empresa individual do ramo, não demandando complexidade técnica ou operacional que justifique a atuação conjunta. A vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a ampla concorrência.
- 8.12. Acerca das Cooperativas, tais habilitações tiveram suas participações excluídas pelo fato de que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados, dificultando ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;

8.22.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 51.868,50 (cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na requisição em anexo.

9.2. Devido as características da contratação não será solicitado planilha de decomposição de custos unitários.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II) Fonte de Recursos: Dotação: 565
- III) Programa de Trabalho: Executar os Serviços da Proteção Social Especial
- IV) Elemento de Despesa: Hospedagens

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA


Anexo I: Modelo de Planilha de Faturamento.

Anexo II: Termo de Nomeação do Preposto.


Anexo III: Instrumento de Medição de Resultado.

Anexo IV: Documento Complementar ao Termo.

Cascavel, 10 de Março de 2026



Elaborado por: **Ana Caroline de Almeida Gomes**
Agente Administrativo



Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social



EMPRESA:				
Contrato nº:		Vigência do Contrato:		
CNPJ:				
Valor unitário da Diária:				
Mês da execução dos serviços		/2026		
Nome do Hóspede	Data Entrada	Data de Saída	Quant Diárias	Valor total de Diárias
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
Valor total a Faturar				R\$
Nome do Responsável da Empresa pelo preenchimento:				
Assinatura:				Data:

Carimbo

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE NOMEAÇÃO DO PREPOSTO

Contrato nº xxx/202.....

Objeto:

Por meio deste instrumento, a...(nome da empresa)... nomeia e constitui seu(sua) preposto(a) o(a) Sr.(a) ... (nome do preposto)...., carteira de identidade nº....., expedida pela, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº....., com endereço na para exercer a representação legal junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão da Prefeitura Municipal de Cascavel – Pr., com poderes para receber ofícios, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a Contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Cascavel, de _____ de 2026.

(nome do representante legal)

(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador)

(Nome da empresa)

CNPJ:

CASCADEL

(Nome do Preposto)

(CPF do Preposto)

(Nome do Preposto)

(CPF do Preposto)

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
PROCEDIMENTOS PARA REALIZAR O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE
RESULTADOS (IMR)

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este Instrumento de Medição de Resultado é parte indissociável do Contrato nº/2026 firmado a partir do Edital nº/2026 e de seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da Contratada serão avaliados por meio de quatro indicadores de qualidade de acordo com esta Licitação:

- **Cumprimento dos deveres da Contratada na prestação do serviço;**
- **Entrega da documentação mensalmente;**
- **Pagamento de salários e outros benefícios;**
- **Substituição do empregado (faltas e atestados médicos; cobertura da folga de escala).**

2.2. Aos indicadores dos Itens avaliados serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados na tabela abaixo.

Realizado	Parcialmente Realizado	Não Realizado
03	01	0

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

3. Condições Complementares

- a) Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), o gestor do Contrato deverá realizar reunião com a Contratada, até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- b) Havendo reincidência será aplicada sanção administrativa conforme Tabela de Avaliação de Serviço, independente se a soma da pontuação for maior ou igual ao percentual de 80% (oitenta por cento) obtido no Indicador de Qualidade.
- c) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, deverá ser atribuída a pontuação máxima.
- d) Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, desta deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

4. Composição do Indicador de Qualidade

4.1. O Instrumento de Medição de Resultado será formado baseado no percentual obtido na Avaliação de Qualidade do Serviço

- a) Cálculo do Indicador de qualidade (IQ): corresponde a pontuação obtida através da avaliação mensal dos serviços prestados, conforme os critérios constantes no Formulário de avaliação do Indicador de Qualidade. Será mensurado através do seguinte cálculo:

$$IQ = \frac{(I1+I2+I3+I4)}{4} \times 100$$

4

Onde:

IQ= Indicador de qualidade

I1= Pontuação do Item 1

I2= Pontuação do Item 2

I3= Pontuação do Item 3

I4= Pontuação do Item 4

5. Penalidades

5.1. As penalidades aplicadas serão baseadas na pontuação obtida no Formulário de Avaliação de Qualidade do Serviço no Instrumento de Medição de Resultado (IMR). As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com o seguinte quadro:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da Nota Fiscal	Sanções Administrativas
$\geq 80 \%$	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade com geração de atestado de capacidade técnica	Sem penalidade
$60\% \leq IQ \leq 80\%$	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Advertência
$60\% \leq IQ \leq 80\%$ e reincidência ou reincidência em pontuação zero nos itens	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Multa administrativa de 20 % do valor da nota fiscal do serviço
$IQ < 60\%$	Pagamento de 80% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Multa administrativa de 20 % do valor da nota fiscal do serviço; rescisão do contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública

ANEXO IV

DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO

(Processo Administrativo nº 36883/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

- 1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

- 2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'PRAZO DE PAGAMENTO', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

- 3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Quarta, que:

- I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

5.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:


6.1. O contrato pertinente a este documento complementar não trata-se de Registro de Preços.


7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Servidor	Matrícula	Secretaria/Setor	Função
Carin Andreia Savaris	22.905-1	Diretora da Divisão Adm e Financeira	Gestor do Contrato
Wagner da Costa Rosa	24.071-1	Gerente da Divisão Adm e Financeira	Suplente do Gestor do Contrato
Mary Elene Weber	25.732-1	Assistente Social	Fiscal
Anibal Troni Junior	25.907-1	Educador Social	Suplente de Fiscal

Elaborado por: Ana Caroline de Almeida Gomes

Cascavel, 11 de Março de 2026.


Ana Caroline de Almeida Gomes
Agente Administrativo


Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DO SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCADEL - PARANÁ				
Contrato nº:		Vigência do Contrato:		
Empresa Contratada: Empresa				
Objeto Contratado:				
Mês de Referência:				
Legislação que ampara:				
Gestor do Contrato:				
ITEM	CRITÉRIO	SUBCRITÉRIO	INDICADOR	PONTUAÇÃO
		100% dos deveres cumpridos	3	
		≥90% < 100% das obrigações cumpridas	1	
		<90% das obrigações cumpridas	0	
1	A Contratada cumpriu com suas obrigações na prestação do serviço contratado	Solicitação cumprida	3	
		Solicitação parcialmente cumprida	1	
		Solicitação não cumprida no prazo	0	
2	A Contratada cumpriu com a organização técnica e administrativa dos serviços, que envolvem a hospedagem: limpeza, organização de acordo com o Termo de Referência	Solicitação cumprida	3	
		Solicitação parcialmente cumprida	1	
		Solicitação não cumprida no prazo	0	
3	A contratada cumpriu com a entrega e qualidade das refeições de acordo com o Termo de Referência	Solicitação cumprida	3	
		Solicitação parcialmente cumprida	1	
		Solicitação não cumprida	0	

Cronograma de Execução do Serviço

1. Cronograma de Execução do Serviço

Considerando que se trata de serviço não continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, a prestação do serviço ocorrerá de forma eventual e sob demanda, conforme a necessidade da Administração Pública para o acolhimento provisório de usuários encaminhados pela Secretaria. A empresa contratada deverá manter disponibilidade para atendimento imediato, após o recebimento da solicitação formal de encaminhamento do usuário. O serviço de hospedagem deverá ser disponibilizado durante todo o período de vigência contratual, sempre que houver demanda devidamente autorizada pela Secretaria.

O cronograma de execução não se dará por entregas fixas ou periódicas, mas sim por requisições específicas da Administração, nas quais serão indicados os dados necessários para a hospedagem do usuário, incluindo período estimado de permanência e eventuais necessidades específicas. A prestação do serviço compreenderá o acolhimento provisório em unidade de hospedagem adequada, garantindo condições de segurança, higiene, acessibilidade e dignidade aos usuários encaminhados, até que seja disponibilizada vaga em unidade de acolhimento institucional vinculada à Secretaria. A cada solicitação atendida, a contratada deverá registrar a execução do serviço e apresentar a documentação comprobatória necessária para fins de acompanhamento, fiscalização e posterior pagamento, conforme critérios estabelecidos no contrato.

Durante toda a vigência contratual, a empresa contratada deverá assegurar condições operacionais para atendimento das demandas emergenciais, considerando que o público atendido inclui pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, muitas das quais demandam acolhimento imediato para garantia de sua integridade física e social.

Cascavel, 11 de Março de 2026.



Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

Modelo de Termo de Contrato

Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

(Processo Administrativo nº 36883/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE CASCADEL E

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 36883/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. Nos casos em que a prorrogação automática de que trata o item 2.3 for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas".

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 51.868,50 (cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **08/03/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

8.9. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cascavel, PR, 22 de maio de 2026.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

RENATO SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

CASCABEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASO) identifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento institucional vinculada à própria Secretaria, assegurando atendimento adequado e a continuidade da proteção social.

A demanda decorre do fluxo contínuo e, por vezes, imprevisível de encaminhamentos realizados pelos serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, especialmente em situações emergenciais que exigem intervenção imediata do Poder Público. Entre os públicos atendidos encontram-se pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, muitas das quais necessitam de acolhimento imediato para garantia de sua integridade física, emocional e social.

Ressalta-se que a rede própria de acolhimento possui capacidade limitada, podendo ocorrer, em determinados períodos, ocupação total das vagas disponíveis. Nessas circunstâncias, a Administração Pública deve dispor de alternativa célere e eficaz que assegure a continuidade da proteção socioassistencial, evitando a exposição dos usuários a situações de abandono, negligência, violência ou agravamento de vulnerabilidades.

Destaca-se, ainda, que parte dos usuários encaminhados demanda cuidados específicos, acompanhamento contínuo e ambiente estruturado, embora não necessite de internação hospitalar. Torna-se, portanto, imprescindível a disponibilização de espaço adequado, com condições dignas de hospedagem e alimentação, garantindo segurança, salubridade, acessibilidade e respeito às particularidades de cada caso, inclusive quando houver necessidade de acompanhamento por responsáveis ou profissionais.

A contratação pretendida visa assegurar: resposta imediata a situações emergenciais;

continuidade do atendimento socioassistencial; proteção integral aos usuários; preservação da dignidade da pessoa humana; mitigação de riscos sociais e institucionais; cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e das normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Município não dispõe de estrutura física própria suficiente para absorver integralmente a demanda eventual e transitória de acolhimento provisório, o que torna necessária a contratação de empresa especializada, mediante regular processo licitatório, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

A presente contratação configura-se, portanto, como medida administrativa indispensável à efetividade da política pública de assistência social, garantindo atendimento humanizado, proteção adequada e encaminhamento responsável dos usuários até sua inserção definitiva em unidade de acolhimento institucional. Importante registrar que se trata de serviço de natureza não continuada, destinado a atender demandas eventuais, imprevisíveis e transitórias, decorrentes da necessidade de acolhimento provisório até a disponibilização de vaga na rede própria municipal. Sua execução ocorrerá conforme a necessidade identificada pela Secretaria, não se caracterizando como prestação permanente, mas como medida administrativa específica para suprir situações emergenciais e pontuais.

A licitação será realizada na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO, com critério de julgamento POR ITEM, sob a forma de execução indireta e no regime de empreitada por preço unitário. O critério de menor preço por item revela-se o mais adequado, considerando que o valor contratual resultará da multiplicação do preço unitário da diária de hospedagem pela quantidade efetivamente utilizada, em consonância com a natureza variável da demanda. O pagamento será efetuado proporcionalmente às diárias efetivamente utilizadas, conferindo flexibilidade à Administração, controle preciso dos custos e observância à economicidade, sem prejuízo da qualidade do atendimento prestado aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

A contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, mas sim mediante contrato administrativo decorrente de pregão do tipo menor preço. Embora a Lei nº 14.133/2021 admita a utilização do Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, as características específicas do objeto — serviço não continuado, de execução eventual e com peculiaridades operacionais próprias — tornam essa sistemática técnica e economicamente inadequada ao caso concreto. A formalização por contrato administrativo direto assegura maior estabilidade na execução, padronização das condições pactuadas,

melhor gestão contratual e prevenção de descontinuidade na prestação do serviço, evitando prejuízos à população atendida. Assim, a opção adotada mostra-se juridicamente fundamentada, tecnicamente adequada e alinhada ao interesse público, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e efetividade da política pública de assistência social.

2 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A Contratada deverá:

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Cumprir com as obrigações constantes no Decreto Municipal nº 14.405/2018, na Instrução Normativa Municipal nº 001 de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre as rotinas administrativas aplicáveis à gestão e à fiscalização de contratos, com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes ou que sejam publicadas na forma de Lei.
- A Empresa arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do valor de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 106 da Lei nº. 14.133/2021 e da Instrução Normativa Municipal nº 001/SEPLAG de 22 de novembro de 2018.

- A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de qualidade e segurança, em conformidade com as condições constantes no Edital e seus anexos, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, atender às normas de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e da Vigilância Sanitária e demais normas e legislação pertinente e em vigência, principalmente aquelas citadas em edital.
- A Contratada deverá disponibilizar serviços de hospedagem em estabelecimento regularmente constituído e em pleno funcionamento, possuidor de alvará de localização e funcionamento válido, bem como de todas as licenças e autorizações exigidas pela legislação vigente, inclusive as de natureza sanitária, tributária, de segurança e de prevenção e combate a incêndio.
- A fiscalização pela Contratante não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.
- Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias devidamente atualizadas, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos e colaboradores, inclusive quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, inexistindo qualquer vínculo empregatício ou jurídico entre estes e o Município.
- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- A Contratada terá que dispor de um preposto, para gerir atos pertinentes ao administrativo e gestão de pessoas, bem como, mediar às situações que ocorrerão no desenvolvimento do referido contrato, de acordo com inciso XI do Artigo 2º e o Artigo 24 e seus parágrafos, e demais Artigos de que tratar do Preposto, do

Decreto Municipal nº 14.405 de 11 de setembro de 2018.

- O objeto desta licitação caracteriza-se como serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que sua execução ocorrerá de forma eventual e conforme a necessidade da Administração, não havendo prestação permanente ou ininterrupta. Trata-se de atividade destinada a atender demandas específicas e pontuais, com execução delimitada no tempo e vinculada a situações previamente identificadas. Assim, não se configura como serviço essencial de execução contínua, tampouco há obrigatoriedade de funcionamento ininterrupto. Por essa razão, o contrato decorrente desta licitação terá vigência compatível com a necessidade administrativa que lhe deu origem, não se aplicando o regime jurídico próprio dos serviços contínuos quanto à obrigatoriedade de manutenção ininterrupta da execução, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
- Responder por danos causados ao Município de Cascavel e a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados ou prepostos.
- Na ausência de empregado decorrente de férias, faltas ou afastamento, a Empresa obrigará-se a suprir a falta do mesmo a fim de não prejudicar a execução normal dos seus serviços.
- Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil após a prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Planilha de Faturamento, conforme modelo constante no Anexo I, a qual deverá conter o número de diárias efetivadas no período, as datas de início e término de cada hospedagem, a identificação dos usuários/hóspedes, bem como os respectivos quartos ocupados.
- A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, em até 05 (cinco) dias, após a assinatura do Contrato.
- O custo estimado da contratação é o previsto no valor unitário máximo.
- A presente contratação adotará como regime de execução indireta, a empreitada por Preço Unitário.
- A presente contratação adotará o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO por ITEM.
- O Índice a ser aplicado no pedido de Reequilíbrio Econômico e Financeiro será o IPCA, sobre o valor da composição da Hospedagem.

- O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 107 da lei 14.133/2021 “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”.
- Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de hospedagem por demanda e período determinado, com pagamento condicionado à efetiva utilização das diárias. Tendo em vista a natureza do serviço, de execução imediata e sem obrigações futuras remanescentes após a prestação e o respectivo pagamento, não se vislumbra risco que justifique a exigência de garantia contratual, mostrando-se a medida desnecessária para assegurar a adequada execução do objeto.
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Manter seus dados de contato atualizados junto ao Município.

Descrição do Serviço:

- A prestação dos serviços deverá ocorrer no município de Cascavel/PR, em estabelecimento devidamente regularizado e apto a oferecer hospedagem completa, com condições adequadas de conforto, higiene, segurança e acessibilidade.
- Declaração da Contratada de que possui pleno conhecimento das condições exigidas para a prestação do serviço.
- A Contratada e seus trabalhadores deverão guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço.
- Deverá ser garantida a segurança dos usuários por meio da implementação de medidas eficazes de controle de acesso às dependências, da adequada iluminação das áreas comuns e do rigoroso cumprimento de todas as normas de segurança predial aplicáveis, em especial as relativas à prevenção e ao combate a incêndio, assegurando condições permanentes de proteção e integridade física.
- A Contratada deverá assegurar que as instalações destinadas à hospedagem dos

usuários encaminhados pela Secretaria apresentem condições adequadas de acessibilidade, garantindo o acesso, a circulação e a permanência segura e digna de pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

- A Contratada deverá assegurar que a estrutura disponibilizada seja compatível com o perfil do público atendido, podendo a Administração, por meio da fiscalização contratual, realizar vistorias ou solicitar comprovação das condições de acessibilidade, sempre que julgar necessário.
- A empresa contratada deverá disponibilizar acomodação para hospedagem de forma imediata ou no prazo máximo de 4 (quatro) horas, contado a partir da solicitação formal da Administração. O atendimento deverá garantir acolhimento seguro, digno e adequado aos usuários, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.
- A Contratada deverá assegurar a disponibilização de rede de energia elétrica em pleno funcionamento, com pontos de iluminação adequados e tomadas operantes nas unidades de hospedagem, bem como, preferencialmente, acesso à internet sem fio (Wi-Fi), com padrão de qualidade compatível com a finalidade institucional da hospedagem.
- Os banheiros deverão estar em perfeito estado de funcionamento, com fornecimento regular de água, sistema de esgotamento sanitário, chuveiro em funcionamento, vaso sanitário, lavatório, espelho, além de itens básicos de higiene, conforme padrão do estabelecimento.
- A quantidade estimada considera o atendimento a demandas eventuais, contemplando até 10 (dez) diárias de hospedagem em apartamentos individuais, de modo a garantir acomodações seguras e adequadas aos usuários quando houver necessidade de hospedagem, especialmente em situações emergenciais ou imprevistas.
- A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva nota de empenho, mediante a chegada dos usuários a serem acolhidos. Para fins de contagem, considerar-se-á como diária o período correspondente a 24 (vinte e quatro) horas de permanência, tendo como referência o horário de check-in a partir das 13h (treze horas) e o check-out até, no máximo, às 12h (doze horas) do dia subsequente.
- A empresa contratada deverá comprovar capacidade operacional para

disponibilizar até 10 (dez) diárias simultâneas em apartamentos individuais por dia, assegurando estrutura física adequada e recursos humanos suficientes para o pleno atendimento da demanda.

- As unidades de hospedagem (apartamentos) deverão ser individuais, com banheiro privativo, assegurando privacidade, conforto e condições adequadas de higiene aos usuários.
- Deverão apresentar condições satisfatórias de higiene, conservação, ventilação, iluminação e segurança, em conformidade com as normas aplicáveis.
- Cada unidade deverá estar mobiliada, no mínimo, com cama em boas condições de uso, colchão adequado, roupa de cama limpa, travesseiro, mesa ou bancada de apoio, cadeira, armário ou local apropriado para guarda de pertences.
- O apartamento deverá dispor de televisor em pleno funcionamento.
- O ambiente deverá ser devidamente climatizado, com aparelho de ar-condicionado em perfeitas condições de uso.
- Realizar a higienização diária dos apartamentos, incluindo a troca de roupas de cama e banho, devendo ser asseguradas, no mínimo, duas trocas diárias desses itens por usuário/hóspede, de modo a garantir condições adequadas de higiene, conforto e bem-estar durante o período de hospedagem.
- O profissional contratado pelo hotel para realizar a limpeza dos quartos acordados deverá utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos.
- Em caso de intercorrências que demandem higienização imediata, o serviço deverá ser prestado prontamente, garantindo limpeza e conforto aos usuários/hóspedes a qualquer momento.
- Possibilitar o recebimento de medicamentos por meio de entrega no local, garantindo acesso contínuo aos tratamentos necessários.
- A alimentação deverá compreender café da manhã, almoço e jantar, sendo fornecidas diariamente, preparados de forma adequada, observando padrões de higiene e segurança alimentar.
- Fornecimento de alimentação no próprio estabelecimento, assegurando comodidade e segurança aos usuários/hóspedes.
- Oferta de café da manhã completo.
- Fornecimento de almoço e jantar, com inclusão de 1 (uma) bebida por refeição (refrigerante ou suco).

- Deverá ser assegurada a disponibilização mínima de 6 (seis) garrafas de água mineral, com volume de 500 ml cada, por dia, para cada usuário/hóspede, devidamente acondicionadas e próprias para consumo.
- Todo e qualquer consumo realizado pelo usuário/hóspede que não esteja previsto neste documento, será de responsabilidade do mesmo.
- Deverá ser mantido serviço de portaria com funcionamento ininterrupto, inclusive aos finais de semana e feriados, garantindo-se a permanência de funcionário em regime de plantão na recepção durante todo o período noturno.
- O serviço de hospedagem será acionado pelo responsável do Setor de Alta Complexidade e Centro Pop.
- Caberá ao responsável pelo Setor de Alta Complexidade e pelo Centro POP identificar os usuários que necessitem de acolhimento emergencial por questões de saúde que não demandem internação hospitalar, procedendo ao acionamento do serviço de hospedagem sempre que necessário. O público atendido compreende, entre outros, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, muitas das quais demandam acolhimento imediato, em razão de sua condição de vulnerabilidade social e/ou de saúde.
- A Equipe Técnica responsável encaminhará o usuário ao hotel contratado, apresentando seus documentos pessoais para efetuar o check-in.
- O acionamento do serviço de hospedagem poderá ocorrer a qualquer momento, incluindo dias úteis, finais de semana e feriados, em horários diurnos ou noturnos, conforme a demanda.
- Os serviços deverão ser executados em conformidade com as quantidades previstas e os padrões de qualidade estabelecidos neste Instrumento e no Termo de Referência, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

A Contratante deverá:

- O serviço contratado será pago pelo quantitativo de diárias efetivamente utilizadas no mês.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- Relacionar-se com a Contratada, exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e se enquadra nas definições previstas no art. 6º XIII da lei 14.133/2021 - XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- Considerando as características do objeto, a Equipe de Planejamento entendeu não ser necessária a participação de empresas em consórcio. Trata-se de serviço comum, plenamente executável por empresa individual do ramo, não demandando complexidade técnica ou operacional que justifique a atuação conjunta. A vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade do certame, tampouco restringe a ampla concorrência.
- No que se refere à participação de cooperativas, optou-se por sua não admissão no presente certame, considerando que a execução dos serviços de hospedagem exige gestão administrativa centralizada, responsabilidade contratual direta e

padronização operacional. A estrutura organizacional típica das cooperativas pode demandar anuência ou participação de múltiplos cooperados em atos relacionados ao contrato, seus aditivos e procedimentos de pagamento, o que pode comprometer a celeridade e a eficiência na execução do objeto.

- O prazo de validade da proposta de preços é de 120 (cento e vinte) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pelo Pregoeiro. Esse prazo serve para que a administração pública tenha tempo suficiente para analisar as propostas recebidas, realizar os demais procedimentos necessários, e tomar a decisão da contratação.

Salienta-se que, no que se refere aos critérios de sustentabilidade, a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) incorpora dispositivos que incentivam a inovação e o desenvolvimento sustentável, conforme o inciso IV do art. 11. Esses critérios visam promover práticas que gerem impactos positivos nos âmbitos ambiental, econômico, social e cultural, de modo que a licitação ultrapasse a simples aquisição de bens ou contratação de serviços, oferecendo benefícios tanto para a Administração Pública quanto para a sociedade.

Dimensão Ambiental: A contratação de serviços de hospedagem deve considerar não apenas a eficiência e o custo, mas também os impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço. A adoção de práticas sustentáveis nesse contexto contribui para um setor hoteleiro mais responsável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entre as ações recomendadas, destacam-se: a implementação de gestão adequada de resíduos sólidos, com coleta seletiva e destinação ambientalmente correta; o uso eficiente de água e energia, com adoção de equipamentos economizadores e fontes renováveis; a redução do consumo de plásticos e materiais descartáveis; a utilização de produtos de limpeza biodegradáveis; a priorização de fornecedores locais e sustentáveis; e a promoção de ações de conscientização ambiental junto a hóspedes e colaboradores. Tais medidas reduzem os impactos ambientais da atividade, incentivam práticas responsáveis no setor e contribuem para o desenvolvimento sustentável, gerando benefícios tanto para a Administração quanto para a sociedade.

Dimensão Econômica: A contratação de serviços de hospedagem deve observar, além da proposta mais vantajosa, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da boa gestão dos recursos públicos. Sob a perspectiva econômica, busca-se assegurar a adequada relação custo-benefício, considerando não apenas o menor preço, mas também a qualidade, a durabilidade dos serviços prestados e a eficiência operacional. Nesse contexto, recomenda-se a priorização de estabelecimentos que adotem práticas de gestão eficientes, que promovam a

geração de emprego e renda no âmbito local e que mantenham regularidade fiscal e trabalhista. A valorização de fornecedores locais, a formalização das relações de trabalho e o incentivo à economia regional fortalecem a cadeia produtiva e ampliam os efeitos positivos da contratação. Dessa forma, a dimensão econômica da contratação de serviços de hospedagem contribui para a aplicação responsável dos recursos públicos, fomenta o desenvolvimento regional e assegura que a despesa realizada produza impactos positivos e duradouros para a Administração e para a sociedade.

Dimensão Social: A contratação de serviços de hospedagem, destinados ao acolhimento provisório de usuários até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento institucional vinculada à própria Secretaria, possui relevante dimensão social, uma vez que visa assegurar atendimento digno, seguro e humanizado, bem como a continuidade da proteção social. O público atendido — pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua — frequentemente demanda acolhimento imediato para garantia de sua integridade física, emocional e social. Nesse contexto, o serviço de hospedagem deve oferecer condições adequadas de acessibilidade, segurança, higiene, alimentação compatível com eventuais restrições, respeito à individualidade e atendimento pautado na dignidade da pessoa humana. Além disso, a contratação deve prever ambientes inclusivos e preparados para atender necessidades específicas, assegurando tratamento igualitário, livre de discriminação e alinhado às diretrizes da política de assistência social. Dessa forma, a dimensão social da contratação transcende a mera oferta de abrigo temporário, constituindo-se como instrumento essencial de proteção, cuidado e promoção de direitos, contribuindo para a redução de vulnerabilidades e para o fortalecimento da rede socioassistencial.

Dimensão Cultural: A dimensão cultural da contratação de serviços de hospedagem para acolhimento provisório deve considerar o respeito à diversidade, às identidades e às especificidades socioculturais dos usuários atendidos. Tratando-se de pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, é fundamental que o serviço prestado esteja alinhado a práticas inclusivas, livres de preconceito, discriminação ou estigmatização. O ambiente de hospedagem deve promover o acolhimento humanizado, respeitando valores, crenças, hábitos alimentares, práticas religiosas e costumes individuais, sempre compatíveis com as normas de convivência e segurança. A sensibilidade cultural no atendimento contribui para a preservação da dignidade e da autonomia dos usuários, fortalecendo vínculos e minimizando impactos emocionais decorrentes da situação de vulnerabilidade. Além disso, a contratação pode incentivar

estabelecimentos que adotem práticas de valorização da cultura local e da convivência comunitária, promovendo um espaço que favoreça o respeito mútuo e a integração social. Assim, a dimensão cultural reforça o caráter inclusivo da política pública, assegurando que o acolhimento provisório não se restrinja à oferta de abrigo físico, mas constitua um espaço de cuidado, reconhecimento e valorização da diversidade humana.

3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS. Fundamentação: *(inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)*

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo somente possui os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *(inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)*

Para a presente contratação, foram analisados processos semelhantes realizados por outros órgãos e entidades, por meio da consulta a editais e do estudo das características do mercado, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. As inovações identificadas foram incorporadas ao objeto desta análise.

SOLUÇÃO 1: Processo de Licitação de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de hospedagem.	
VANTAGENS <ul style="list-style-type: none">• É a forma padrão prevista na Constituição e na legislação brasileira para garantir impessoalidade, moralidade e transparência.• O procedimento permite que o município	DESVANTAGENS <ul style="list-style-type: none">• O processo licitatório pode ser demorado, especialmente se houver impugnações, recursos ou necessidade de republicações.• Se o critério for menor preço, há o risco de

<p>defina padrões de qualidade e critérios técnicos para os hotéis, garantindo uniformidade na prestação dos serviços de hospedagem.</p> <ul style="list-style-type: none">• Contratos podem prever períodos mais longos (com prorrogações previstas em lei), garantindo estabilidade para a prestação do serviço e para o planejamento da equipe contratada.• Incentiva a inovação e qualidade nos serviços ofertados por meio da competitividade.• É possível estabelecer indicadores de desempenho e padrões mínimos de execução.• Permite ampla participação de empresas, o que pode gerar melhores preços e condições.• A adoção de processos licitatórios padronizados facilita o planejamento, o acompanhamento e a prestação de contas para órgãos de controle e para a sociedade.	<p>empresas vencerem com propostas inviáveis, gerando problemas de execução e até abandono contratual.</p> <ul style="list-style-type: none">• Empresas que se sintam prejudicadas podem recorrer à Justiça, o que paralisa o processo por semanas ou meses.
--	--

SOLUÇÃO 2: Pagamento de ajuda de custo ou ressarcimento direto ao usuário.**VANTAGENS**

- Agilidade no atendimento: O usuário pode receber o valor rapidamente, permitindo acesso imediato à hospedagem, sem depender de processos burocráticos de contratação.

DESVANTAGENS

- Falta de controle sobre qualidade do serviço: O poder público não garante padrões mínimos de higiene, segurança, conforto ou acessibilidade, o que pode comprometer a proteção do usuário.

<ul style="list-style-type: none"> ● Flexibilidade para o usuário: Permite que o próprio usuário escolha o local de hospedagem que melhor atenda às suas necessidades, considerando localização, conforto ou restrições de saúde. ● Redução de custos administrativos: Evita a necessidade de licitação, contratos formais e gestão direta do serviço. ● Adaptável a situações emergenciais: Ideal para casos de acolhimento de urgência, como pessoas em situação de rua ou com necessidades específicas de saúde, que não podem aguardar processos licitatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de uso inadequado dos recursos: Há potencial para fraudes ou utilização do recurso para fins distintos da hospedagem, exigindo mecanismos de fiscalização e prestação de contas. ● Dificuldade de padronização: Serviços e valores podem variar significativamente entre usuários, dificultando a uniformidade de atendimento e planejamento orçamentário. ● Limitação em políticas de longo prazo: Essa modalidade é mais adequada a situações emergenciais e pontuais; para demandas contínuas, a falta de contrato formal pode gerar insegurança jurídica e operacional. ● Responsabilidade indireta por problemas: Se o usuário contratar um serviço inadequado ou inseguro, o órgão público ainda pode ser responsabilizado por eventuais danos ou incidentes, mesmo não tendo escolhido diretamente o fornecedor. ● Dependência do usuário: o beneficiário precisa buscar a hospedagem e comprovar despesas, o que pode ser difícil para pessoas vulneráveis ou com mobilidade reduzida.
--	---

SOLUÇÃO 3: Termo de Colaboração - Parcerias com organizações locais

VANTAGENS

- Possibilidade de iniciar atendimento quase imediato: Reduz tempo de espera até abertura de vaga própria.

DESVANTAGENS

- Menor controle direto: Gestão não é 100% municipal, pode haver divergência na condução técnica.

<ul style="list-style-type: none"> ● Rapidez na resposta: Estruturas já existentes (quartos, banheiros adaptados, cozinha). ● Menor custo de implantação: Não exige investimento inicial em imóvel, mobiliário e equipe completa, permite ajustar quantitativo conforme demanda. ● Compartilhamento de responsabilidades: Reduz sobrecarga da equipe municipal, divide encargos operacionais (alimentação, cuidados diários, lavanderia). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Risco de práticas institucionalizantes excessivas. ● Exige monitoramento constante e cláusulas claras no termo de parceria. ● Risco jurídico: Entidade sem documentação regular (alvará, vigilância sanitária, CEBAS). ● Possíveis ações do Ministério Público se houver violação de direitos. ● Custo elevado a longo prazo: Diárias contínuas podem sair mais caras que implantar unidade própria. ● Padronização difícil: Cada organização tem regras internas. Pode haver conflito com diretrizes do SUAS (principalmente em casos de autonomia e liberdade). ● Limitações estruturais: Nem todas têm acessibilidade, nem todas estão preparadas para demandas de alta complexidade de saúde.
--	---

Portanto, restou comprovado que o melhor custo-benefício, tanto para os usuários quanto para o Município, é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento institucional vinculada à Secretaria. Trata-se de serviço comum, de caráter não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra. O procedimento permite à Administração Pública definir padrões de qualidade e critérios técnicos, garantindo

que os usuários tenham acesso a hospedagem segura, confortável e eficiente. A contratação, além de atender aos preceitos legais, possibilita à Administração buscar a melhor relação custo-benefício, assegurando a utilização racional dos recursos públicos e o atendimento contínuo e qualificado aos usuários.

Considerando que o objetivo deste documento é demonstrar a viabilidade e a necessidade da contratação pretendida, a análise de processos similares evidencia que a modalidade licitatória — especialmente o pregão eletrônico — tem se mostrado a forma mais eficaz, vantajosa e transparente para esse tipo de serviço. Nesse sentido, foram levantadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, cujos objetos apresentam características compatíveis com as do presente processo, a fim de demonstrar que, até o momento, o procedimento licitatório configura-se como a alternativa mais adequada, como exemplo: PREGÃO nº 005/2025 - Prefeitura Municipal de São Francisco (MG) – EDITAL nº 7/2024 - Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) – PREGÃO nº 012/2025 – Prefeitura Municipal de Piranguçu (MG) – PREGÃO nº 016/2025 - Prefeitura Municipal de Centro do Guilherme (MA) – PREGÃO nº 55/2025 - Prefeitura Municipal de Parnaíba (PI) – que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem, o que se assemelha as formas de contratação praticados no nosso Município.

Solicitamos ainda que neste processo licitatório não seja utilizada a Lei Complementar 112/20 art. 33 § 1º e 3º, que tratam do tratamento diferenciado às Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), sediados tanto em Cascavel quanto em sua regional, nos itens cujos valores não ultrapassem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Essa solicitação se justifica pelo fato de que os licitantes habilitados a participar desta licitação não se enquadram nos requisitos legais para serem considerados MEs, EPPs ou MEIs, seja em razão de seu campo de atuação, seja em virtude de seu regime societário, o qual não atende às condições estabelecidas pela legislação mencionada. Requeremos ainda que, por essa mesma razão, não seja aplicado o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

Ressaltamos que a aplicação das referidas normas poderá restringir indevidamente a competitividade do certame, o que poderá acarretar prejuízos ao erário público, contrariando os princípios da ampla concorrência e da vantajosidade para a Administração.

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Diante do levantamento de mercado realizado, concluiu-se que a alternativa mais viável, prática e vantajosa é a Solução nº 1, consistente na Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para acolhimento provisório de usuários, por meio de processo licitatório, garantindo segurança, qualidade e eficiência na prestação do serviço.

A Secretaria Municipal de Assistência Social identifica a necessidade de assegurar acolhimento provisório e emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social, garantindo proteção e atendimento adequado às suas necessidades imediatas.

O contrato atualmente vigente, firmado por meio de processo licitatório para a prestação desses serviços, terá sua vigência encerrada em setembro de 2026. Diante da natureza imprevisível da demanda, torna-se imprescindível a instauração de novo processo licitatório, a fim de assegurar a continuidade do serviço e garantir hospedagem segura, digna e compatível com as necessidades dos usuários. A contratação assegurará a continuidade, regularidade e qualidade do serviço, garantindo hospedagem segura, digna e adequada às necessidades dos usuários, sem interrupção do atendimento emergencial prestado pelo Município, enquanto aguardam a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento institucional vinculada à própria rede socioassistencial.

A demanda decorre de encaminhamentos realizados pelos serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, especialmente em situações imprevistas que exigem intervenção imediata do Poder Público para resguardar direitos e assegurar a integridade física, emocional e social dos usuários. Entre o público atendido encontram-se pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos com necessidades específicas de saúde e pessoas em situação de rua, muitos dos quais necessitam de acolhimento imediato e temporário. Trata-se de grupos que demandam proteção estatal urgente, em razão da exposição a riscos sociais, rompimento de vínculos familiares, abandono, negligência ou outras situações de violação de direitos.

A rede própria de acolhimento institucional possui capacidade limitada, podendo não dispor de vagas imediatas em determinados períodos ou para perfis específicos. Nessas circunstâncias, faz-se imprescindível a disponibilização de alternativa célere e eficaz que assegure abrigo temporário seguro, evitando a descontinuidade do atendimento e o agravamento das vulnerabilidades apresentadas.

Dessa forma, torna-se necessária a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem para acolhimento provisório, até a efetiva inserção do usuário em unidade de acolhimento institucional da Secretaria. A empresa contratada deverá dispor de

estrutura apta a oferecer: Acomodação temporária segura e compatível com a quantidade de usuários encaminhados; Condições adequadas de higiene, salubridade e limpeza durante todo o período de permanência; Atendimento respeitoso e compatível com a condição de vulnerabilidade do público atendido; Estrutura física e logística adequada às necessidades específicas dos usuários, inclusive quanto à acessibilidade e observância rigorosa das normas de segurança, sanitárias e de proteção social.

O serviço possui natureza não continuada, sendo acionado exclusivamente conforme a demanda emergencial identificada pela Secretaria, não havendo exigência de dedicação exclusiva de mão de obra por parte da contratada. A demanda está condicionada à ocorrência de situações de vulnerabilidade social que exijam intervenção imediata do Poder Público, não havendo regularidade ou previsibilidade suficiente que permita a fixação prévia de quantitativos certos.

Quanto ao regime de execução contratual, a adoção da empreitada por preço unitário mostra-se a mais adequada ao objeto, tendo em vista que a Secretaria dimensionou apenas as unidades de serviço (diárias de hospedagem), não sendo possível estimar com precisão o quantitativo exato a ser efetivamente demandado ao longo da vigência contratual. Dessa forma, a execução ocorrerá sob demanda da Administração, mediante solicitação formal, sendo o pagamento realizado exclusivamente com base nas diárias efetivamente utilizadas, conforme o valor unitário contratado.

A escolha do regime por preço unitário assegura maior aderência à realidade da execução, evita pagamento por quantitativos estimados não utilizados, garante economicidade e promove a adequada correlação entre a despesa pública e o serviço efetivamente prestado, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Vale ressaltar que o serviço, objeto desta licitação se classifica como bem comum nos termos do art. 6º inciso XIII da Lei 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações contidas neste Estudo Preliminar.

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).

Estima-se a contratação de até 150 (cento e cinquenta) diárias de hospedagem durante a vigência contratual, destinadas ao acolhimento provisório de usuários encaminhados pela

Secretaria em situações emergenciais de vulnerabilidade social.

A estimativa do quantitativo de diárias foi elaborada com base no levantamento das despesas executadas e no histórico de demandas verificadas nos exercícios de 2022, 2023, 2024 e 2025. Considerando que os registros contábeis disponíveis apresentam apenas os valores totais pagos no período, procedeu-se à conversão desses valores em quantitativo estimado de diárias, utilizando-se como referência o valor unitário da diária praticado no contrato. Dessa forma, a estimativa apresentada busca refletir, de maneira razoável, o histórico de utilização do serviço e a possível demanda futura, garantindo a continuidade do atendimento e a adequada previsão do quantitativo necessário para a contratação.

Memória de Cálculo – Levantamento de Consumo de Diárias

ANO	VALOR PAGO (R\$)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (R\$)	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS (R\$)
2022	39.498,30	189,90	208
2023	45.006,30	189,90	237
2024	0,00	189,90	0
2025	638,22	189,90	3
TOTAL	85.142,82	—	448 diárias

Ressalta-se que, por se tratar de serviço de natureza não continuada e acionado exclusivamente sob demanda emergencial, não é possível prever com exatidão o quantitativo efetivamente utilizado ao longo da vigência contratual. Assim, o quantitativo estimado representa projeção técnica destinada a assegurar a disponibilidade do serviço sempre que necessário, sem que haja obrigatoriedade de consumo integral. A definição do quantitativo levou em consideração os dados históricos de contratações anteriores, bem como os quantitativos efetivamente utilizados pelo Município, de modo a promover maior precisão no planejamento e permitir a comparabilidade das informações entre exercícios distintos.

Destaca-se que o pagamento será realizado exclusivamente sobre as diárias efetivamente utilizadas, conforme regime de empreitada por preço unitário, garantindo compatibilidade entre a despesa executada e a real necessidade da Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

O valor estimado para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de hospedagem, pelo período de 12 (doze) meses, pela Unidade Requisitante é de R\$ 51.868,50 (cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme proposta apresentada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de hospedagem e alimentação no Município de Cascavel.	150 Diárias	R\$ 345,79	R\$ 51.868,50

Esta Secretaria optou pela utilização da média para aferição dos preços, por entendê-la como o método mais adequado e condizente com o interesse público. Tal escolha visa evitar custos excessivos ao erário, sem comprometer a competitividade do processo licitatório. Para tanto, foi realizada pesquisa de preços conforme dispõe a Instrução Normativa nº 02/2023, utilizando-se orçamentos disponíveis no Banco de Preços e contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração. Essa análise crítica permitiu consolidar uma estimativa de preços fundamentada, transparente e compatível com os valores praticados no mercado, assegurando economicidade e eficiência, em conformidade com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 40, estabelece que o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: § 3º O parcelamento não será adotado quando: a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendarem a compra do item do mesmo fornecedor; o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado, havendo possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Dessa forma, a Equipe de Planejamento informa que o parcelamento do objeto licitado não é tecnicamente nem economicamente viável neste processo. A contratação da solução descrita neste documento refere-se a um objeto único e indivisível, que deve ser executado por uma única empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem provisória para acolhimento emergencial.

A fragmentação da contratação — como, por exemplo, dividir o serviço entre diferentes prestadoras responsáveis por partes do atendimento — comprometeria a eficiência, aumentaria os custos e geraria entraves operacionais e jurídicos à execução adequada do serviço. As atividades a serem desempenhadas são de natureza não continuada, acionadas exclusivamente conforme a demanda emergencial da Secretaria, sendo imprescindível que o serviço seja prestado de forma integral e imediata, garantindo a proteção, segurança e bem-estar dos usuários em situação de vulnerabilidade social.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Após análises das contratações existentes no município, verificamos que no momento não existem outras contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir no andamento deste processo.

10 – DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL.

Fundamentação: (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

A adoção do Plano de Contratações Anual é recomendável, pois constitui um instrumento essencial para a construção de uma gestão pública eficiente e de excelência. Para que a gestão das contratações seja eficaz, é fundamental que haja planejamento adequado das compras públicas, princípio previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que deve se manifestar em todas as atividades administrativas. Considerando a fase atual de implantação e adequação do Plano de Contratações Anual do Município de Cascavel, as demandas estão sendo unificadas por meio das solicitações de intenção de aquisição das Secretarias. Para os processos licitatórios, será informado o número da intenção devidamente registrada no Sistema de Gestão do Município de Cascavel, sendo formalizada pela Intenção nº 53/2026.

11 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Benefícios diretos: A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem provisória trará benefícios diretos em termos de economicidade, eficácia e eficiência, promovendo melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis. A execução do serviço será realizada de forma a atender de maneira adequada e sob demanda as situações emergenciais identificadas pela Secretaria, garantindo acolhimento seguro, digno e estruturado aos usuários. Essa demanda decorre da necessidade de oferecer abrigo temporário a pessoas em situação de vulnerabilidade social, preservando sua integridade física, emocional e social, e assegurando o cumprimento das atribuições legais da Secretaria de Assistência Social.

Benefícios indiretos: O serviço terá impacto direto para a sociedade, promovendo maior proteção aos usuários em situação de vulnerabilidade, garantindo o respeito aos seus direitos e contribuindo para a redução de riscos sociais e de desproteção. Além disso, favorece a continuidade e qualidade do atendimento prestado pela Secretaria, promovendo maior segurança, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos, fortalecendo também a interação entre os usuários e os colaboradores do órgão.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO. Fundamentação: (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Conforme já mencionado, o presente processo tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de hospedagem provisória, destinados ao acolhimento emergencial de usuários em situação de vulnerabilidade social, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social. Para assegurar a adequada execução contratual, serão designados formalmente agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, os quais atuarão de forma precisa, individualizada e nominal, competindo-lhes as atribuições previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao monitoramento da execução, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e adoção das providências necessárias em caso de irregularidades.

No que se refere à capacitação, os servidores designados já receberam ou encontram-se em processo de capacitação específica para gestão e fiscalização contratual, além de

Modelo de Estudo Técnico Preliminar – Lei nº 14.133/21
Versão: Maio/2024

possuírem experiência prévia na fiscalização de contratos com objeto semelhante, o que contribui para maior segurança, eficiência e regularidade na execução do ajuste.

13 – DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A presente contratação, referente à prestação de serviços de hospedagem provisória, não apresenta impactos ambientais significativos, tendo em vista que se trata da utilização de estrutura física já existente e regularmente licenciada para funcionamento. Ainda assim, a execução do contrato poderá gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de água, energia elétrica, geração de resíduos sólidos e utilização de produtos de limpeza durante o período de hospedagem. Dessa forma, a contratada deverá observar as normas ambientais vigentes e adotar boas práticas de sustentabilidade, tais como: uso racional de água e energia elétrica; destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados; utilização preferencial de produtos de limpeza que atendam às normas sanitárias e ambientais e observância das legislações municipal, estadual e federal aplicáveis.

A adoção dessas medidas visa minimizar eventuais impactos ambientais, promovendo a responsabilidade socioambiental na execução contratual, em consonância com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

14 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A Secretaria Municipal de Assistência Social declara VIÁVEL, necessária e urgente a realização do presente processo licitatório, com base nos estudos técnicos realizados e nas informações levantadas, considerando o relevante impacto social da contratação. O serviço de hospedagem provisória vai além da simples disponibilização de acomodação temporária, representando medida essencial de acolhimento, proteção e garantia de direitos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Destina-se prioritariamente a pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos com necessidades específicas de saúde, pessoas em situação de rua e demais usuários que se encontrem expostos a riscos sociais, muitas vezes sem qualquer alternativa imediata de abrigo seguro.

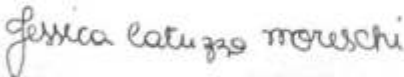

A contratação assegura resposta célere às demandas emergenciais da rede
Modelo de Estudo Técnico Preliminar – Lei nº 14.133/21
Versão: Maio/2024

socioassistencial, prevenindo a exposição dos usuários a situações de abandono, violência ou agravamento de vulnerabilidades, reafirmando o compromisso da Administração Pública com a dignidade da pessoa humana e com a efetivação da política de assistência social.

15 – INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

Gestor	Suplente Gestor	Fiscal	Suplente Fiscal
Carin Andreia Savaris Diretora da Divisão Adm. e Financeira Matrícula nº 22.905-1	Wagner da Costa Rosa Gerente da Divisão Adm. e Financeira Matrícula nº 24.071-1	Mary Elene Weber Assistente Social Matrícula nº 25.732-1	Anibal Troni Junior Educador Social Matrícula nº 25.907-1

16 – INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Equipe de Planejamento	
 Jessica Gisele Catuzzo Moreschi Encarregada do Setor de Compras Matrícula nº 29.666-1.	 Ana Caroline de Almeida Gomes Agente Administrativo Matrícula nº 28.572-3

Cascavel, 27 de Fevereiro de 2026



Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social



GOVERNO MUNICIPAL
CASCADEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS - IN 02/2023 SEPLAG

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM.

REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 1806/2026.

ITEM	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO IPM	CATSER	DESCRIÇÃO	EDITAL Nº 82/2025 - MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA	EDITAL Nº 23/2025 - MUNICÍPIO DE MANACAPURU	EDITAL Nº 189/2025 - MUNICÍPIO DE PAULÍNIA	BANCO DE PREÇOS	MÉDIA
1	150	DIA	11733	9946	Serviços de hospedagem e alimentação no Município de Cascavel	R\$ 313,92	R\$ 331,33	R\$ 386,33	R\$ 351,59	R\$ 345,79

Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores, quando aplicável: Para os propósitos que se busca alcançar neste processo, utilizou-se a média como medida de tendência central pois a mesma tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada e isso é uma grande vantagem estatística.


Justificativa do tipo de base de precificação será utilizada: A Secretaria Municipal de Assistência Social informa que ampliou suas pesquisas, com o intuito de evitar possíveis distorções/disparidades de preços ou preços inexequíveis, tentando se aproximar o mais fielmente ao preço da realidade de mercado, conforme determina a IN SEPLAG nº 02/2023. Também no intuito de não gerarmos um processo desprovido de competição e para nos aproximarmos da realidade dos valores de mercado, a Secretaria de Assistência Social utilizou como base de pesquisa as contratações similares feitas por outros órgãos da Administração, além do Banco de preço, buscando realizar uma avaliação mais crítica e criteriosa dos preços coletados, visando assim boas práticas.


O presente documento tem a descrição de seus itens baseada nas configurações usuais de mercado e na descrição apresentada pelo ComprasNet, conforme código de referência já constituído (CATSER). É importante frisar que, quando houver qualquer diferença entre as descrições do CATSER e do Presente documento, fica pré-determinada como norteadora de preço e de entrega de produto a descrição estabelecida neste documento.

Ana Caroline de Almeida Gomes, matrícula 28.572-3, declara que os preços listados acima foram auferidos em conformidade com a norma contida na Instrução Normativa 02/2023.

CASCADEL, 08 de Março de 2026

De acordo,


Ana Caroline de Almeida Gomes
Matrícula: 28.572-3


Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social





MUNICÍPIO DE CASCAVEL

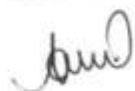
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria nº 30/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a "Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Hospedagem destinados ao acolhimento provisório de usuários, até a disponibilização de vaga em unidade de acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social.", iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 36883/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Gestor	Carin Andreia Savaris	22.905-1	Diretora da Divisão Administrativa e Financeira	
Suplente de Gestor	Wagner da Costa Rosa	24.071-1	Gerente da Divisão Adm. e Financeira	
Fiscal	Mary Elene Weber	25.732-1	Assistente Social	
Suplente do Fiscal	Anibal Troni Junior	25.907-1	Educador Social	

Cascavel, 12 de Março de 2026.



Rosely Terezinha Vascelai
Secretária Municipal de Assistência Social